



MEMÓRIA DA QUINTA REUNIÃO

DADOS OFICIAIS DE COMPROMISSO

Pauta: 1ª Reunião da Subcâmara de Turismo de Aventura

Data: 15 /07/2026

Hora: 15:00 a 16:26 PM (Hora de Brasília)

Local: Reunião do Microsoft Teams

Tipo: () Presencial (X) Vídeo conferência () Híbrido

PARTICIPANTES

Participantes do MTur

Nome	Órgão	Email
Tatiana Oliveira	Ministério do Turismo	tatiana.oliveira@turismo.gov.br
Lindalva Barbosa	Ministério do Turismo	lindalva.barbosa@turismo.gov.br
Leandro Avalone	Ministério do Turismo	leandro.avalone@turismo.gov.br
Jacqueline Lemes	Ministério do Turismo	jacqueline.lemes@turismo.gov.br
Adriana Barreto	Ministério do Turismo	adriana.barreto@turismo.gov.br
Diva Medeiros	Ministério do Turismo	diva.mederios@turismo.gov.br
Rafael Valverde	Ministério do Turismo	rafael.valverde@turismo.gov.br
Wanessa Neres	Ministério do Turismo	wanessa.neres@turismo.gov.br

Participantes Externos

Nome	Órgão	Email
Rejane Cabral	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade	contratuh@contratuh.org.br
Ana Paula Bahmad	Confederação Nacional Comercio de Bens, Serviços e	ggr@cnc.org agr@cnc.org.br



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

	Turismo	
Ítalo Mendes	Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo - ANSEEDITUR	secretariaanseditur@gmail.com italo.mendes@gmail.com
Meyre France Ferreira	Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo -ANSEEDITUR	secretariaanseditur@gmail.com
Evandro Schutz	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABETA	schutzevandro@gmail.com
Leonardo Persi	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - EMBRATUR	leonardo.persi@embratur.com.br
Vitor Jorge	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - EMBRATUR	vitor.junior@embratur.com.br
Marcello Tomé	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - ANPTUR	
Ricardo Gomes	Câmara LGBT	ricardo@camaralgbt.com.br atendimento@camaralgbt.com.br
Lucas Riebold	Representante Institucional e Governamental da ABETA	lucas.riebold@volpatti.com.br
Jaime Prado	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA	jaimeprado2009@hotmail.com
Pollyana Pugas	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA	pollyana.pugas@gmail.com
Henrique Severin	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH	abihnacional@abih.com.br
Rafael Granvilla	Rede Brasileira de Observatórios de Turismo -	rafael.granvilla@turismo.es.gov.br



Oliveira	RBOT	rbot.rede@gmail.com
----------	------	---------------------

DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

Tatiana Oliveria (MTur) – Destacou que a reunião representava uma oportunidade para esclarecer aspectos relacionados ao balonismo e contribuir tecnicamente para futuras demandas legislativas sobre o tema. Informou que, após o acidente envolvendo balonismo, o Ministério do Turismo intensificou as discussões internas, em articulação com a Conjur, para avaliar os possíveis encaminhamentos.

Ressaltou que a Subcâmara reúne especialistas com capacidade para construir propostas técnicas qualificadas e destacou a necessidade de definir um coordenador para conduzir os trabalhos, elaborar o plano de trabalho e centralizar os encaminhamentos, com apoio da equipe da Câmara. Por fim, informou que a Diretoria solicitou subsídios para a elaboração de uma minuta de ato normativo sobre o tema, reforçando a importância da organização dos trabalhos da Subcâmara.

Ítalo (Anseditur) – Solicitou esclarecimentos sobre as subcâmaras propostas na reunião anterior. Lembrou que uma delas seria dedicada à segurança no turismo de natureza — com foco prioritário no balonismo — e questionou quais foram as outras propostas debatidas.

Tatiana Oliveria (MTur) – Esclareceu que, na reunião anterior, foram indicadas três propostas de subcâmaras: Balonismo, Turismo LGTB+ e Código de Defesa do Consumidor. Informou que essas foram as propostas que receberam manifestações dos membros, destacando que nem todos os representantes da Câmara participaram da consulta. Acrescentou que a Secretaria do Conselho Nacional de Turismo (CNT) está realizando uma mobilização para restabelecer o quórum e incentivar a participação dos membros nas votações e nas futuras adesões às subcâmaras.

Ítalo (Anseditur) – Sugeriu que a coordenação da Subcâmara de Balonismo e Segurança nas Atividades de Turismo de Natureza fosse assumida pela ABETA, considerando sua experiência e conhecimento técnico sobre o tema. Destacou que os demais integrantes poderiam contribuir como membros da Subcâmara, iniciando os trabalhos pelo balonismo e, posteriormente, ampliando as discussões para outras questões relacionadas à segurança no turismo de natureza.



Evandro Schutz (ABETA)– Agradeceu a indicação para a coordenação da Subcâmara, mas informou que, em razão de sua atuação na implementação do Sistema de Gestão de Segurança, no âmbito do programa Aventura Natural do Sebrae Rio Grande do Sul, que atenderá 50 empresas até o final do ano, não teria disponibilidade para assumir a função. Assim, reiterou a indicação de Jaime para exercer a coordenação da Subcâmara em nome da ABETA, caso houvesse concordância.

Jaime Prado (ABETA) – Esclareceu que não poderia assumir a coordenação da Subcâmara, uma vez que não integra sua composição formal. Informou que Evandro é o representante titular da ABETA e Pollyana a suplente indicada pela entidade, enquanto sua participação na reunião ocorria apenas como ouvinte, em razão do interesse pelo tema do balonismo.

Evandro Schutz – Informou que Pollyana também está envolvida na execução do Programa Aventura Natural, no Rio Grande do Sul, razão pela qual igualmente possui limitações de agenda para assumir a coordenação da Subcâmara.

Jaime Prado (ABETA) – Considerou positiva a sugestão de que a ABETA assumisse a coordenação da Subcâmara, mas esclareceu que a decisão não poderia ser tomada naquele momento em razão dos compromissos já assumidos pelos representantes da entidade. Informou, contudo, que a proposta poderia ser levada à Diretoria da ABETA para avaliação.

Tatiana Oliveria (MTur) – Sugeriu manter em aberto a indicação para a coordenação da Subcâmara, destacando que a atuação da ABETA seria de grande importância em razão de sua expertise no tema. Propôs, ainda, que a entidade avaliasse a possibilidade de alterar a indicação de seus representantes junto ao Conselho Nacional de Turismo (CNT), de forma que Jaime passasse a integrar a Subcâmara, considerando que sua participação também na Câmara de Legislação poderia favorecer o alinhamento e a integração dos trabalhos entre os grupos.

Evandro Schutz (ABETA) – Informou que a ABETA concordava, em princípio, em assumir a coordenação da Subcâmara, solicitando apenas prazo para discutir internamente a definição da representação responsável. Destacou que, independentemente da indicação, ele e Pollyana permaneceriam prestando apoio aos trabalhos da coordenação e comprometeu-se a encaminhar a definição da entidade o mais breve possível.



Ítalo (Anseditur) – Relembrou que, no âmbito da Câmara Temática de Legislação, ficou acordado que os temas relacionados à segurança nas atividades de turismo de natureza seriam tratados prioritariamente pela Câmara Temática de Segurança Turística. Esclareceu que eventuais propostas de alteração legislativa, após discussão e aprovação nesta Câmara, seriam posteriormente encaminhadas à Câmara de Legislação para as providências cabíveis.

Tatiana Oliveria (MTur) – Na sequência da pauta, informou-se que, diante dos desdobramentos recentes ligados à atividade de balonismo, o Ministério do Turismo acelerou a confecção de uma minuta de ato normativo sobre a matéria. Esclareceu que o texto foi elaborado pelo diretor do Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo (DEQUA), Aldo Valentim, e será disponibilizado aos membros da Subcâmara para apreciação e envio de sugestões.

Informou que a minuta seria encaminhada pelo chat da reunião e, posteriormente, por e-mail e pelo grupo de WhatsApp da Câmara. Destacou que as contribuições deveriam ser enviadas até 21 de julho, tendo em vista a necessidade de encaminhar o texto ao Gabinete do Ministério.

Explicou, ainda, que a proposta poderá integrar o decreto de regulamentação da nova Lei Geral do Turismo ou, alternativamente, dar origem a um decreto específico sobre o tema. Acrescentou que a minuta busca estabelecer diretrizes para a atividade, observando as competências dos órgãos envolvidos, como ICMBio e ANAC, além de fortalecer a vinculação da atividade ao Cadastur e à regulamentação dos prestadores de serviços turísticos.

Ítalo (Anseditur) – Questionou se a proposta de ato normativo abrange as atividades de natureza de forma geral ou se está restrita ao balonismo.

Tatiana Oliveria (MTur) – Esclareceu que a proposta de decreto tem como motivação os recentes acontecimentos envolvendo o balonismo, mas não se limita a essa atividade, abrangendo de forma mais ampla as atividades de turismo de aventura. Informou que a minuta estabelece critérios mínimos e diretrizes gerais para essas atividades e faz referência aos principais normativos já vigentes, incluindo atos do ICMBio, da ANAC, do Ministério da Justiça, normas da ABNT e da ISO 21101, além de regulamentações específicas do balonismo.



Destacou que a minuta ainda não foi submetida à Consultoria Jurídica (Conjur) e, por esse motivo, permanece aberta ao recebimento de sugestões, inclusive quanto à inclusão de outros referenciais normativos considerados relevantes pelos integrantes da Subcâmara.

Ítalo (Anseditur) – Questionou se a minuta de decreto estaria limitada às competências já previstas na legislação vigente, observando que o instrumento não poderia inovar em matérias sem amparo legal. Como exemplo, mencionou a possibilidade de regulamentar aspectos relacionados ao Cadastur, por já haver previsão na Lei Geral do Turismo, e questionou se temas como competências de fiscalização atribuídas aos municípios poderiam ser tratados no decreto.

Tatiana Oliveria (MTur) – Esclareceu que a proposta de decreto terá caráter regulamentador, limitando-se às competências e previsões já estabelecidas em lei, não sendo possível criar competências por meio de ato infralegal. Acrescentou que, caso existam outras normas legais relacionadas ao tema, estas poderão ser consideradas na minuta. Por fim, observou que, em razão da complexidade e do tempo necessário para a tramitação de um decreto, poderão ser avaliadas alternativas durante o processo, mantendo-se, no momento, essa como a proposta inicial.

Evandro Schutz (ABETA) – Destacou a importância de uma análise detalhada da minuta do decreto pelos membros da Subcâmara. Em seguida, apresentou observações preliminares sobre o texto, alertando para a necessidade de diferenciar as atividades esportivas das atividades turísticas, de modo a evitar conflitos de competências entre entidades esportivas e o setor de turismo.

Além disso, ressaltou que a proposta deve observar o disposto no Decreto nº 7.381/2010, especialmente quanto às exigências relacionadas ao sistema de gestão de segurança, à qualificação dos profissionais, à comunicação dos riscos aos consumidores, ao termo de responsabilidade e ao seguro. Destacou que a nova regulamentação não deve representar retrocesso em relação às garantias já previstas na legislação vigente.

Acrescentou que a regulamentação deve considerar as competências complementares da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Ministério do Turismo, de forma que as normas relativas à aviação e às operações turísticas sejam tratadas de maneira integrada. Ressaltou a importância de que a nova regulamentação esteja alinhada às normas técnicas já existentes para o turismo de aventura, evitando sobreposições ou



conflitos normativos. Por fim, esclareceu que suas observações eram preliminares, baseadas em uma leitura inicial da minuta, e convidou os demais membros a contribuírem com a análise do documento.

Tatiana Oliveria (MTur) – Agradeceu as considerações apresentadas por Evandro, destacando que as observações iniciais contribuíam para orientar a análise da minuta. Solicitou que todas as sugestões fossem formalizadas por escrito, comprometendo-se a consolidá-las e compartilhá-las posteriormente com os membros da Câmara Temática para conhecimento. Informou, ainda, que seria definido o formato mais adequado para o envio das contribuições, podendo ser utilizado um formulário, uma planilha ou um documento compartilhado, de forma a facilitar a incorporação das sugestões ao texto da minuta.

Leonardo Persi (Embratur) – Apresentou-se como representante da Embratur e coordenador de Segmentos Turísticos, destacando a importância de revisar a minuta do decreto para evitar sobreposição com normas já existentes e verificar a manutenção das disposições do Decreto nº 7.381/2010 relativas ao turismo de aventura. Ressaltou a necessidade de uma regulamentação específica para as atividades aéreas de turismo de aventura, articulada com as competências da ANAC e do Ministério do Turismo, de forma a fortalecer a gestão da segurança e evitar conflitos entre atividades turísticas e esportivas.

Também alertou que o acidente ocorrido em Limeira, seguido de outros quatro acidentes fatais em menos de 20 dias, evidenciou a urgência de fortalecer a segurança no setor. Defendeu a atuação conjunta entre poder público e iniciativa privada, com ações de orientação e sensibilização voltadas a estados, municípios e empreendedores, inclusive os informais, para ampliar a cultura de segurança e qualificar a oferta do turismo de aventura no país.

Ana Paula Bahmad (CNC) – Destacou que ainda não há um entendimento uniforme sobre segurança turística no país e ressaltou que, além das discussões sobre o balonismo, é necessário analisar como os estados vêm tratando o tema e quais medidas estão sendo adotadas para a proteção dos turistas. Observou que, embora exista um marco legal, as avaliações realizadas pelos estados nem sempre priorizam ações voltadas à segurança do visitante.

Defendeu a importância de disseminar o conhecimento sobre segurança turística, considerando que esse também é um dos papéis da Subcâmara. Mencionou iniciativas



já desenvolvidas, como o Programa Aventura Segura e publicações sobre resiliência do turismo, gestão de crises e desastres, sugeriu revisar e atualizar esses materiais. Por fim, propôs que esse levantamento subsidiasse a elaboração de futuras normas e regulamentações, alinhadas à realidade atual e às necessidades dos estados e da União.

Tatiana Oliveria (MTur) – Em complemento à manifestação de Ana Paula, informou que o Programa de Segurança Turística já contempla, entre suas metas, ações de sensibilização sobre os sistemas de gestão da segurança. Destacou que o Ministério do Turismo estuda uma parceria com a Itaipu para desenvolver materiais em linguagem mais acessível, voltados à capacitação e sensibilização de prestadores de serviços turísticos e turistas quanto aos requisitos mínimos de segurança e aos seus direitos.

Ressaltou, contudo, que os recentes acidentes exigem uma resposta mais imediata do Ministério, o que demandará o desenvolvimento simultâneo das ações de sensibilização e da elaboração do ato normativo. Acrescentou que a futura regulamentação poderá servir de base para a elaboração de um guia sobre turismo de aventura, reunindo orientações sobre segurança, direitos dos consumidores e demais disposições previstas na Lei Geral do Turismo, iniciativa já prevista como meta do Programa de Segurança Turística.

Ítalo (Anseditur) – Sugeriu que a análise e a sistematização das contribuições à minuta de decreto fossem conduzidas no âmbito da Subcâmara, como seu primeiro trabalho, permitindo avaliar quais temas poderiam ser tratados no decreto, quais demandariam regulamentação por meio de portaria e quais dependeriam de alterações legislativas.

Destacou a importância de diferenciar as atividades esportivas das atividades turísticas de aventura, ressaltando que a regulamentação deve incidir sobre os serviços ofertados comercialmente no âmbito do turismo. Observou, ainda, que os recentes acidentes evidenciaram a necessidade de aperfeiçoar a regulamentação do setor e chamaram a atenção para a apresentação de diversos projetos de lei relacionados ao tema.

Por fim, ressaltou que os acidentes recentes tiveram ampla repercussão nacional e internacional, afetando a imagem do turismo brasileiro, e que o momento representa uma oportunidade para avançar na regulamentação das atividades de turismo de aventura e fortalecer as medidas de segurança no setor.



Acrescentou que, embora a segurança nas atividades de turismo de aventura seja uma pauta prioritária, a Câmara Temática também deve avançar em outras agendas relacionadas à segurança turística, como gestão de crises, defesa do consumidor e articulação com as forças de segurança dos estados. Ressaltou a importância de a Câmara manter essas pautas em discussão e apoiar o Ministério do Turismo na condução da agenda, considerando a amplitude dos temas e a necessidade de fortalecer as ações voltadas à segurança no turismo brasileiro.

Tatiana Oliveria (MTur) – Sugeriu que as contribuições à minuta fossem inicialmente registradas em um documento compartilhado, destacando a necessidade de organizar os trabalhos em razão do prazo reduzido para análise. Propôs, ainda, a realização de uma nova reunião para discussão conjunta do texto, após a leitura prévia pelos membros da Subcâmara.

Ressaltou que o objetivo do Ministério do Turismo é construir a proposta de forma participativa, conferindo legitimidade ao ato normativo por meio das contribuições das entidades representadas. Informou que, embora o Ministério deva cumprir os prazos internos para encaminhamento da minuta, o texto continuará sendo aperfeiçoado ao longo das discussões da Subcâmara. Por fim, sugeriu a realização de um novo encontro ainda naquela semana para sistematizar as contribuições e subsidiar o encaminhamento ao Diretor responsável.

Evandro Schutz (ABETA) – Informou que precisaria se ausentar da reunião em razão de outro compromisso institucional e comunicou que a ABETA indicaria Pollyanna para exercer a coordenação da Subcâmara, colocando a entidade à disposição para contribuir com os trabalhos. Manifestou, ainda, apoio à realização de uma nova reunião para aprofundar a discussão da minuta e dar continuidade aos encaminhamentos propostos durante o encontro.

Tatiana Oliveira (MTur) – Destacou que, em razão do curto prazo para o encaminhamento da minuta ao Gabinete, seria importante a Subcâmara apresentar uma manifestação inicial sobre o texto, cujas contribuições poderão ser aprimoradas ao longo da tramitação. Consultou os membros sobre a melhor data para uma nova reunião dedicada a discutir a minuta e estruturar os trabalhos do grupo. Acrescentou que o coordenador da Subcâmara deverá definir a periodicidade dos encontros.

Após discussão entre os membros da Subcâmara, ficou acordada a realização de uma nova reunião na sexta-feira dia 17/07/2026, às 14h, para dar continuidade à análise da



minuta de decreto, discutir as contribuições apresentadas e definir os próximos encaminhamentos dos trabalhos.

Vitor (Embratur) – Destacou que, além do aperfeiçoamento da regulamentação, é fundamental fortalecer as ações de monitoramento e fiscalização para prevenir acidentes envolvendo empresas que atuam de forma irregular ou sem a qualificação necessária. Ressaltou que a existência de normas, por si só, não é suficiente, sendo necessário desenvolver mecanismos que permitam identificar e acompanhar os prestadores de serviços.

Defendeu a descentralização dessas ações, com maior participação dos estados e municípios, e sugeriu a formação de consórcios ou arranjos de cooperação para ampliar a capacidade de monitoramento e fiscalização nos destinos turísticos. Levantou, ainda, questões sobre a fronteira entre atividades esportivas e turísticas, observando que empresas voltadas ao esporte podem atender turistas ocasionais, o que reforça a necessidade de um mapeamento abrangente dos prestadores que ofertam atividades de aventura.

Por fim, propôs a realização de um levantamento dos prestadores de serviços relacionados ao turismo de aventura, inclusive daqueles que ainda não integram os cadastros oficiais, para que possam ser orientados, capacitados e sensibilizados quanto às normas de segurança, priorizando ações preventivas em vez de apenas medidas corretivas após a ocorrência de acidentes.

Tatiana Oliveira (MTur) – Concordou com as observações apresentadas por Vitor e ressaltou que a linha entre as atividades esportivas e turísticas é muito tênue e representa um dos principais desafios para o setor, especialmente em razão das competências dos diferentes órgãos envolvidos. Exemplificou a questão citando casos em que participantes são enquadrados como atletas para a realização da atividade, ainda que, na hipótese de ocorrência, a responsabilização seja atribuída ao turismo

Mencionou, ainda, discussão ocorrida em audiência, na qual foi apresentada a legislação municipal de Boituva, destacando que a fiscalização foi atribuída à ANAC. Observou que essa definição evidencia a complexidade da distribuição de competências entre os entes envolvidos e reforça a necessidade de aprofundar o debate sobre o tema no âmbito da Subcâmara.



Leonardo Persi (Embratur) – Compartilhou a existência de um guia de implementação do Sistema de Gestão da Segurança (SGS), elaborado para orientar pequenos empreendedores na aplicação das normas de turismo de aventura, sugerindo sua ampla divulgação pelo Ministério do Turismo como material de apoio ao setor. Destacou, ainda, experiências voltadas à implementação e certificação de empresas de turismo de aventura, ressaltando o avanço do número de empresas certificadas no Brasil e a adoção das normas brasileiras como referência internacional em diversos países.

Observou que a certificação deve permanecer voluntária, considerando a dimensão territorial do Brasil, e enfatizou que cada ente federativo deve atuar dentro de suas competências legais, cabendo aos municípios, estados e à União exercerem suas respectivas atribuições na regulamentação, fiscalização e promoção da segurança nas atividades de turismo de aventura, sem transferência indevida de responsabilidades.

Por fim, alertou para a necessidade de cautela na elaboração da regulamentação, utilizando como exemplo atividades realizadas com equipamentos que não atendem aos requisitos mínimos de segurança. Destacou que a regulamentação não deve legitimar práticas que utilizem equipamentos inadequados ou sem respaldo técnico, a fim de evitar riscos aos usuários e responsabilizações futuras dos órgãos envolvidos.

Tatiana Oliveira (MTur) – Concordou com as observações apresentadas por Leonardo e destacou que o objetivo do normativo não é reproduzir ou substituir as normas técnicas da ABNT, cuja competência é justamente tratar dos aspectos técnicos e detalhados. Explicou que a intenção do Ministério é estabelecer, no âmbito da Lei Geral do Turismo, parâmetros mínimos de segurança para a prática do turismo de aventura, utilizando como referência os normativos já existentes e aproveitando, quando possível, seus conteúdos.

Acrescentou que a Câmara deve concentrar seus esforços na construção de uma base legal que ofereça diretrizes aos prestadores de serviços turísticos, sem aprofundar discussões eminentemente técnicas, que competem à ABNT. Ressaltou que a proposta busca dar uma resposta ao setor e à sociedade, criando um referencial jurídico inicial que, posteriormente, poderá subsidiar ações de sensibilização e divulgação das boas práticas de segurança no turismo de aventura.

Leonardo Persi (Embratur) - Lembrou que, além de outras iniciativas desenvolvidas em parceria com o Sebrae, colaborou na estruturação do programa Aventura Natural,



voltado à qualificação de empresas de turismo de aventura. Explicou que o programa funciona por meio do Sebraetec, permitindo que os estados ofereçam consultorias subsidiadas para a implementação das normas básicas de segurança, abrangendo o Sistema de Gestão da Segurança (SGS), as orientações aos participantes e as competências mínimas dos condutores. Informou ainda que o Sebrae também subsidia parte dos custos da certificação das empresas, reduzindo significativamente o investimento necessário por parte dos empreendedores.

Na sequência, destacou que alguns estados já avançaram na implementação dessas ações. Citou o programa em execução no Rio Grande do Sul, além das iniciativas de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Prefeitura de Bonito, e de Goiás, onde empresas já receberam certificação com apoio financeiro do Sebrae. Ressaltou que essas experiências demonstram que existem mecanismos concretos para incentivar a adoção de padrões de segurança pelas empresas do setor.

Por fim, sugeriu que essas iniciativas sejam apresentadas ao diretor do Ministério do Turismo como exemplos de boas práticas que podem fortalecer a agenda nacional de segurança no turismo de aventura. Também propôs o desenvolvimento de uma campanha de comunicação voltada aos consumidores brasileiros e internacionais para incentivar a contratação de empresas qualificadas e certificadas. Destacou que a ABNT já disponibiliza, em português, inglês e espanhol, a relação das empresas certificadas e sugeriu que o Ministério do Turismo e a Embratur utilizem essas informações em suas ações de divulgação e promoção turística, valorizando os empreendimentos comprometidos com padrões reconhecidos de segurança.

Tatiana Oliveira (MTur) – Considerou relevantes as contribuições apresentadas e informou que o Ministério enfrenta desafios semelhantes em outras iniciativas, como o movimento Turismo que Protege, especialmente em relação às restrições legais para divulgação de empresas. Sugeriu que a Câmara Temática discuta formas de dar visibilidade aos empreendimentos que adotam boas práticas de segurança, sem promover marcas específicas, mas orientando os cidadãos sobre os canais oficiais de consulta. Destacou que esse tema poderá ser tratado como encaminhamento nas próximas reuniões, reforçando que propostas construídas no âmbito da Câmara conferem maior legitimidade às ações do Ministério.

Leonardo Persi (Embratur) – Reforçou que, embora seja importante dar uma resposta à sociedade e ampliar o acesso às informações, é necessário garantir que os



prestadores de turismo de aventura possuam competência técnica mínima para operar com segurança. Alertou para o risco de facilitar o ingresso de empresas no mercado sem a devida qualificação, o que pode comprometer a segurança dos turistas.

Como exemplo, mencionou o recente acidente em Limeira, destacando que falhas em procedimentos básicos demonstram a importância de uma efetiva cultura de segurança nas operações. Ressaltou que, mais do que cumprir requisitos formais, os prestadores devem implementar a segurança como princípio central de suas atividades, assegurando que os serviços sejam oferecidos de forma responsável.

Tatiana Oliveira (MTur) – Questionou se havia novas contribuições e, em seguida, apresentou uma demanda encaminhada ao Ministério sobre o enfrentamento ao uso de drogas em destinos e pontos turísticos. Informou que o tema ainda não é tratado pelo Ministério do Turismo, mas foi sugerido que a Câmara Temática de Segurança Turística avalie possíveis estratégias de atuação, solicitando que os membros reflitam sobre o assunto para discussão na próxima reunião ordinária.

Leonardo Persi (Embratur) – Questionou se havia novidades por parte da ANAC após as reuniões realizadas em decorrência dos acidentes com balonismo, destacando que essas informações seriam importantes para subsidiar a atualização da minuta do decreto.

Tatiana Oliveira (MTur) – Respondeu que a Coordenação-Geral ainda não havia recebido novos posicionamentos da ANAC e informou que verificaria o assunto com o diretor Aldo Valentim, que acompanhou as tratativas anteriores. Acrescentou que, caso houvesse novas contribuições, provavelmente já teriam sido incorporadas à minuta, além de recomendar a consulta à audiência pública realizada sobre o tema para atualização das discussões.

Jaime Prado (ABETA) – Esclareceu que, após os acidentes envolvendo o balonismo, a ANAC publicou um normativo de caráter emergencial para responder à situação. Contudo, avaliou que a medida tem foco predominantemente na operação de voo e não contempla adequadamente os aspectos relacionados à prestação de serviços turísticos. Acrescentou que o normativo ainda apresenta lacunas e passa por ajustes, motivo pelo qual considera necessária a construção de uma regulamentação mais abrangente para atender às demandas discutidas pela Câmara Temática.



Leonardo Persi (Embratur) – Destacou que a regulamentação da atividade turística pela ANAC representa uma oportunidade para fortalecer a atuação conjunta entre os órgãos envolvidos. Ressaltou que, uma vez formalizada a atividade como turística, será possível aplicar e exigir o cumprimento das disposições da Lei Geral do Turismo pelos prestadores de serviço. Por fim, reforçou que a profissionalização das operações é essencial para ampliar a segurança e a qualidade das atividades de turismo de aventura no país.

Tatiana Oliveira (MTur) – Complementou informando que, durante a audiência pública, a ANAC apresentou um planejamento em três etapas para a regulamentação do balonismo. Explicou que a Resolução nº 782 foi editada como medida emergencial, seguida por uma fase de detalhamento dos requisitos técnicos. Acrescentou que as contribuições apresentadas na reunião, especialmente sobre normas ISO e Sistema de Gestão da Segurança (SGS), poderão subsidiar esse processo. Por fim, informou que a ANAC prevê publicar, até o final do ano, uma nova resolução com caráter mais definitivo, contemplando regras de transição para adaptação gradual do setor.

Leonardo Persi (Embratur) – Questionou se o Ministério do Turismo poderia recomendar à ANAC a adoção imediata da exigência de aplicação do Sistema de Gestão da Segurança (SGS) pelas empresas de balonismo.

Tatiana Oliveira (MTur) – Avaliou que a proposta poderia ser construída como posicionamento da Subcâmara e posteriormente encaminhada à Câmara Temática e ao Conselho Nacional de Turismo (CNT), conferindo maior legitimidade institucional à sugestão.

Na sequência, os participantes discutiram a forma de consolidar as contribuições para a minuta do decreto.

Leonardo Persi (Embratur) – Propôs organizar o documento em uma tabela, permitindo que cada participante registrasse comentários por trecho do texto e se colocou à disposição para consolidar as sugestões.

A proposta foi aceita pelo grupo, ficando definido que esse seria o formato de trabalho para a elaboração das contribuições.

Tatiana Oliveira (MTur) – Ao encerrar a reunião, informou que seriam encaminhadas as convocações das demais subcâmaras e que novas reuniões seriam



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Qualidade, Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo
Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Responsável

agendadas para dar continuidade aos trabalhos, ressaltando a necessidade de acelerar as atividades para garantir entregas ainda no decorrer do ano.

ENCAMINHAMENTOS

- Deliberou-se pela realização de nova reunião da Subcâmara, no dia 17 de julho, às 14h, para análise conjunta da minuta do decreto, discussão das contribuições dos membros e consolidação das sugestões.